



ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 26.896.959/0001-40

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2025**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2025

Senhores Acionistas, A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital"), com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017, e desta forma, seu capital social integralizado passou a ser de R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões. Em 19 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a capitalização de lucros e reservas no montante total de R\$ 512,0 milhões, com base no balanço patrimonial de 30 de

novembro de 2025, sendo R\$ 161,0 milhões provenientes da reserva de retenção de lucros e R\$ 351,0 milhões da reserva de lucros a realizar, resultando no aumento do capital social de R\$ 695,8 milhões para R\$ 1.207,8 milhões, mediante a emissão de 257.286.432 novas ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser representado por 952.986.432 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelo Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre as partes, naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, equivalente a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Entidade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio da MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado na época pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), e atualmente denominada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de subscrição, e em 9 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A. Em 30 de dezembro 2021 a Companhia liquidou o saldo devedor da dívida com a antecipação da amortização do principal e juros. Para isso, a Companhia desembolsou, no exercício de 2021, a importância de R\$108,3 milhões encerrando o exercício social sem saldo a pagar.

2. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2025, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$234,4 milhões, e reconheceu proventos, a título de dividendos intermediários que somam a importância de R\$46,3 milhões e juros sobre capital próprio no montante de R\$82,3 milhões.

3. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Os recursos recebidos da investida TAESA em 2025 permitiram à Companhia remunerar seus acionistas com declaração de proventos no exercício de 2025 no montante de R\$172,9 milhões, sendo R\$98,3 milhões na forma de dividendos e R\$74,6 milhões correspondentes a juros sobre capital próprio.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2025.

A Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2025	2024
Resultado de equivalência patrimonial	6.4	234.401	252.710
Despesas gerais e administrativas	10	(487)	(565)
Amortização da Mais-Valia da concessão	6.4	(24.928)	(24.928)
		(25.415)	(25.493)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		208.986	227.217
Despesas financeiras	11	(7.751)	(5.723)
Receitas financeiras	11	1.344	3.382
Resultado financeiro		(6.407)	(2.341)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		202.579	224.876
Imposto de renda e contribuição social	12.2	(238)	(703)
		(238)	(703)
Lucro líquido do exercício		202.341	224.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2025	2024
Resultado do exercício		202.341	224.173
Outros resultados abrangentes na investida	9.4	(6.924)	1.900
Total dos resultados abrangentes do exercício		195.417	226.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025	2024
Atividades operacionais	202.341	224.173
Atividades de investimento	58.654	107.631
Atividades de financiamento	80.878	33.274
Total dos fluxos de caixa	341.873	365.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025	2024
Atividades operacionais	202.341	224.173
Atividades de investimento	58.654	107.631
Atividades de financiamento	80.878	33.274
Total dos fluxos de caixa	341.873	365.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024		Nota	31.12.2025	31.12.2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	4.289	4.413	Fornecedores		58	80
Tributos e contribuições a compensar	7.1	5.788	4.436	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	9.2.1.1	103.962	30.064
Dividendos e JSCP a receber	12	52.742	76.414	Partes relacionadas		56	54
		62.819	85.263			104.104	30.215
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	6.3	1.307.806	1.233.457	Capital social	9.1	1.207.801	695.801
		1.307.806	1.233.457	Reservas de lucros	9.3	70.956	598.015
		1.370.625	1.318.720	Outros resultados abrangentes	9.4	(12.236)	(5.311)
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.266.521	1.288.505
						1.370.625	1.318.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal			
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		695.801	57.903	234.813	—	1.234.517
Outros resultados abrangentes na investida	9.4	—	—	—	1.900	1.900
Lucro líquido do exercício		—	—	—	224.173	224.173
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	9.3	—	11.209	—	—	11.209
Constituição de reserva especial	9.3	—	—	116.907	—	116.907
Constituição da reserva de retenção de lucros	9.3	—	12.457	—	—	12.457
Juros sobre capital próprio	9.2.2	—	—	—	(54.600)	(54.600)
Dividendos intermediários	9.2.2	—	—	—	(29.000)	(29.000)
Dividendos adicionais propostos		—	(92.000)	—	—	(92.000)
Em 31 de dezembro de 2024		695.801	69.112	177.183	(5.311)	1.288.505
Outros resultados abrangentes na investida	9.4	—	—	—	(6.925)	(6.925)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	202.341	202.341
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	9.3	—	10.117	—	—	10.117
Constituição da reserva de retenção de lucros	9.3	—	—	19.324	—	19.324
Aumento de capital	9.1	512.000	—	(161.000)	(351.000)	—
Juros sobre capital próprio	9.2.2	—	—	—	(74.600)	(74.600)
Dividendos intermediários	9.2.2	—	—	—	(98.300)	(98.300)
Dividendos adicionais propostos		—	(43.780)	(720)	—	(44.500)
Em 31 de dezembro de 2025		1.207.801	79.229	(8.273)	(12.236)	1.266.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Objeto social: A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital"), com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu capital social integralizado para R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695,0 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões. Em 19 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a capitalização de lucros e reservas no montante total de R\$ 512,0 milhões, com base no balanço patrimonial de 30 de novembro de 2025, sendo R\$ 161,0 milhões provenientes da reserva de retenção de lucros e R\$ 351,0 milhões da reserva de lucros a realizar, resultando no aumento do capital social de R\$ 695,8 milhões para R\$ 1.207,8 milhões, mediante a emissão de 257.286.432 novas ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser representado por 952.986.432 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelo Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Em 17 de fevereiro de 2020, a ISA Investimentos subscreveu e integralizou 10 ações de emissão da ISA Capital, no valor total de R\$50,0 (cinquenta reais). Em 19 de dezembro de 2025, ocorreu uma capitalização de reservas de lucro na investida ISA Capital, com a emissão de novas ações. Como resultado dessa operação, a ISA Investimentos passou a deter 13 ações ordinárias da ISA Capital, equivalentes a 0,00001% do capital total. Em 30 de dezembro 2021, a Companhia liquidou o saldo devedor do financiamento (debêntures) com a antecipação da amortização do principal e juros. Para isso, a Companhia desembolsou, no exercício de 2021, a importância de R\$108,3 milhões encerrando o exercício social sem saldo a pagar. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 41.285 (capital circulante líquido positivo de R\$ 55.048 em 31 de dezembro de 2024), decorrente principalmente do registro de juros sobre capital próprio a pagar. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando sua estrutura patrimonial, bem como a previsibilidade de geração de caixa proveniente dos dividendos e juros sobre capital próprio de sua investida TAESA para os próximos exercícios. Com base nessas premissas, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de geração de recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro, razão pela qual as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia possui como outros resultados abrangentes, provenientes por efeito de equivalência na investida, instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa registrados na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da TAESA em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 06 de abril de 2026, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração. **2.2 Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia, assim como sua investida atuam ("moeda funcional"). **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuariais, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **2.4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. O teste de redução ao valor recuperável da Mais-Valia do investimento da Companhia não é aplicável, uma vez que foi registrada com base nos contratos de concessão com prazo de vida útil da TAESA, conforme laudo de PPA na época, e justamente por ser amortizada mensalmente de acordo com o ICPC 09 (R2), por isso não necessita de cálculo de *impairment*. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que se refere basicamente ao montante da Mais-Valia (nota 6). **2.4.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem ações com prognóstico de perda provável. **2.5 Controle em conjunto:** A Companhia possui controle, em conjunto com a CEMIG,

da investida TAESA, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R3), 19 (R2) e 36 (R3). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a participação na investida TAESA é de 14,8792%.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC"):** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como atividade de investimento, pois entende que são retornos sobre investimentos.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS:

4.1 Revisadas e vigentes	Alteração	Vigência
Norma		
CPC 02 (R2) - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não conversível	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
Norma		
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Nova norma - estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade	01.01.2026
CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Nova norma - requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticas	01.01.2026
CBPS 02 - Divulgação Relacionadas ao Clima	Clarações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	as normas contábeis IFRS	01.01.2027
A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.		

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Prática contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2025	2024
5.2 Composição:		
Bancos	85	165
Equivalentes de caixa - CDB (i)	4.204	4.248
Caixa e equivalentes de caixa	4.289	4.413
(i) A rentabilidade média da carteira de Certificado de Depósito Bancário (CDB) em CDI foi de 101,3% em 2025 e 2024.		



ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 26.896.959/0001-40

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2025**



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9.2.2 Estatuto social - destinação do lucro: A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, e a Administração propõe a seguinte destinação:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	202.341	224.173
Constituição da reserva legal	(10.117)	(11.209)
Base para distribuição de proventos	192.224	212.964
Juros sobre capital próprio distribuídos	(74.600)	(54.600)
Dividendos distribuídos	(98.300)	(29.000)
Total de proventos distribuídos	(172.900)	(83.600)
Saldo do lucro remanescente	19.324	129.364
Constituição da reserva especial	-	(116.907)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(19.324)	(12.457)

Em 2025, o Conselho de Administração deliberou, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos aos acionistas, como segue:

Pagamento	Valor bruto	Valor líquido	Provento	Competência	Deliberação
02/07/2025	28.000	28.000	Dividendos distribuídos	dez/24	29/05/2025
10/12/2025	16.500	16.500	Dividendos distribuídos	dez/24	29/05/2025
02/09/2025	25.400	21.590	Juros sobre capital próprio	mar/25	30/06/2025
10/12/2025	11.300	11.300	Dividendos distribuídos	jun/25	30/09/2025
10/12/2025	29.700	25.245	Juros sobre capital próprio	jun/25	30/09/2025
31/12/2026	75.000	75.000	Dividendos distribuídos	nov/25	19/12/2025
29/01/2026	12.000	12.000	Dividendos distribuídos	nov/25	19/12/2025
29/01/2026	19.500	16.575	Juros sobre capital próprio	nov/25	19/12/2025
Total	217.400	206.210			

Em 2025 ocorreu pagamento de dividendo com base na retenção de lucros no montante de R\$44.500.

	2025	2024
9.3 Reservas e retenção de lucros:		
Reserva legal (i)	79.229	69.112
Reserva de retenção de lucros (ii)	(8.273)	177.183
Reserva especial (iii)	-	351.720
	70.956	598.015

(i) **Reserva legal:** Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. (ii) **Reserva de retenção de lucros:** Nessa conta poderá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após sua destinação. (iii) **Reserva especial:** Constituída em decorrência da investida TAESA ter alocado parte do lucro líquido do exercício em reserva especial de lucros. **9.4 Outros resultados abrangentes (ORA):** Em 2025, a Companhia registrou nessa conta, por meio de equivalência patrimonial, o montante líquido negativo de R\$6.925 (em 2024 valor líquido negativo de R\$1.900). A investida TAESA reconheceu como resultados abrangentes as variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa. O valor apresentado em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.236 (31 de dezembro de 2024 R\$5.311).

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços	(483)	(352)
Despesas - Partes relacionadas (*) (nota 12)	(3)	(207)
Outros	(1)	(6)
	(487)	(565)

(*) Despesas referente a prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A. por meio de contrato de prestação de serviços, abrangendo serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.344	3.382
Juros SELIC IR a recuperar	-	-
	1.344	3.382
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receita financeira e JSCP	(7.610)	(5.517)
Outros	(141)	(206)
	(7.751)	(5.723)
Resultado financeiro	(6.407)	(2.341)

DIRETORIA

Marcela Britto Correa Figueiró Diretora-Presidente	Renata de Araújo Weber Diretora-Financeira
--	--

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Prática contábil: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real trimestral, porém, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14. **12.2 Conciliação da alíquota efetiva:** A conciliação da despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	202.579	224.876
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(68.877)	(76.458)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes		
Amortização da mais-valia	(8.476)	(8.476)
Equivalência patrimonial	79.696	85.921
Juros sobre capital próprio	(2.606)	(1.715)
Outros	25	25
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(238)	(703)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(238)	(703)
	(238)	(703)
	0,12%	0,31%

Alíquota efetiva

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A transação com partes relacionadas no exercício refere-se à prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A., por meio de contrato de prestação de serviços, abrangendo, entre outros, serviços de escrituração contábil e fiscal, bem como suporte administrativo. A estrutura de remuneração prevista no referido contrato contempla pagamento mensal, conforme condições previamente acordadas entre as partes, com vigência por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes mediante aviso prévio, conforme cláusulas contratuais. Durante o exercício de 2025, o gasto correspondente foi no montante de R\$ 203 (R\$ 207 em 2024), registrado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas (nota 9). Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas ou fora do curso normal dos negócios. A Companhia também registrou dividendos e juros sobre capital próprio a receber conforme divulgado na rubrica de Dividendos e JSCP a receber, no montante de R\$57.742 da investida TAESA, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$76.414 em 31 de dezembro de 2024).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 Prática contábil: A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **14.1.1 Ativos financeiros:** **14.1.1.1 Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado: • Custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais resultam somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda. **14.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com

exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **14.1.1.3 Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **14.1.2 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

14.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros:

	Nível	2025	2024
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (CDB)	2	4.204	4.248
Custo amortizado			
Bancos	-	85	165
Dividendos e JSCP a receber	-	52.742	76.414
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	58	80
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	103.962	30.064
Partes relacionadas	-	56	54

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não utilizou informação de nível 1 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não utilizou informação de nível 1 e 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo. **14.2 Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (i) **Risco de liquidez** - O fluxo de caixa para o compromisso de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio é proveniente dos proventos recebidos da investida TAESA. (ii) **Risco de captação** - Para minimizar o risco de captação de recursos, em uma eventual redução dos proventos recebidos da investida, a Companhia monitora permanentemente suas obrigações, avaliando a necessidade de captar empréstimos e ou novos financiamentos. (iii) **Risco de Juros** - A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras de renda fixa, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros. **14.3 Análise de sensibilidade:** A Administração da Companhia não considera a análise de sensibilidade representativa pois não possui ativos e passivos financeiros com riscos de mercado ou de taxa de juros.

15. SEGUROS

Em 2025, a modalidade de cobertura de seguro contratada, considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais sinistros foi a de responsabilidade civil dos administradores "D&O" (*Directors and Officers Liability*), com vigência de 27 de fevereiro de 2025 a 27 de fevereiro de 2026, importância segurada no montante de R\$100.000.

16. TRANSAÇÃO QUE NÃO ENVOLVE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	2025	2024
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a pagar	8.2.1.1	103.962	30.064
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a receber	12	52.742	76.414
Impostos retidos sobre juros sobre capital próprio	-	-	-
Partes relacionadas	(2)	-	48

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paula Andrea Marín Gutiérrez Presidente	Andrés Villegas Ramelli Conselheiro	Juliana Suso Jaramillo Conselheira	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann CRC SC-029044/O-0
---	---	--	--

CONTADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 23 de maio de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, contendo ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
Audidores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Gabriela Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

